



AgEcon SEARCH
RESEARCH IN AGRICULTURAL & APPLIED ECONOMICS

The World's Largest Open Access Agricultural & Applied Economics Digital Library

This document is discoverable and free to researchers across the globe due to the work of AgEcon Search.

Help ensure our sustainability.

Give to AgEcon Search

AgEcon Search
<http://ageconsearch.umn.edu>
aesearch@umn.edu

*Papers downloaded from **AgEcon Search** may be used for non-commercial purposes and personal study only. No other use, including posting to another Internet site, is permitted without permission from the copyright owner (not AgEcon Search), or as allowed under the provisions of Fair Use, U.S. Copyright Act, Title 17 U.S.C.*

**EVOLUÇÃO DAS ATIVIDADES PRODUTIVAS DO ASSENTAMENTO ANHUMAS:
LUTAS E PERCALÇOS.**

THAYS FLORIANO BEZERRA; ANTONIO LÁZARO SANT ANA;

UNESP

ILHA SOLTEIRA - SP - BRASIL

lazaroz@agr.feis.unesp.br

APRESENTAÇÃO SEM PRESENÇA DE DEBATEDOR

REFORMA AGRÁRIA E OUTRAS POLÍTICAS DE REDUÇÃO DA POBREZA

Evolução das atividades produtivas do Assentamento Anhumas: lutas e percalços.

Grupo de Pesquisa: Reforma Agrária e Outras Políticas de Redução da Pobreza

RESUMO

Este trabalho faz parte de um projeto mais amplo que visa estudar as experiências relativas à produção e à comercialização relevantes para melhorar a renda e/ou a percepção de bem estar das famílias dos assentamentos da região de Andradina. Neste caso está sendo estudado o Assentamento Anhumas, no município de Castilho (SP). Foi elaborado um questionário, em duas versões, uma para os produtores individuais e outra para os grupos, e aplicado no início de 2005 junto a 20 famílias (31,7% do total). Em seguida foram realizadas entrevistas, visando o resgate do histórico de lutas e para compreender as estratégias dos produtores. Em janeiro de 2006 foi realizada a atualização dos dados do questionário. A atividade principal do Assentamento Anhumas é a pecuária de leite e, embora pouco tecnificada, apresentou aumento da produtividade no decorrer do período de análise (um ano). As culturas anuais, quando semeadas visando a comercialização, apresentaram problemas de rentabilidade. Os produtores que haviam feito financiamento tiveram dificuldade de saldar as dívidas e na safra seguinte ocorreu uma diminuição significativa da área cultivada de algodão e milho. Os produtores têm buscado alternativas de produção/comercialização, como o plantio de olerícolas diversas, a

comercialização direta ao varejo ou ao consumidor, visando aumentar e diversificar a renda do lote. A produção para o autoconsumo é significativa e embora não gere renda monetária, é um importante mecanismo de reprodução social. Um dos grupos (Associação) tem sido mais dinâmico, tendo adquirido um tanque de expansão e tentado articular outras ações para melhorar a produção dos assentados. De modo geral, ocorreu uma melhoria considerável da qualidade de vida das famílias e a maioria tem conseguido evoluir em termos de produção e infra-estrutura do lote, mas ainda basicamente utilizando recursos públicos recebidos via crédito.

PALAVRAS-CHAVE: assentamento rural; caracterização da produção; evolução da produção; Anhumas; região de Andradina-SP.

1. APRESENTAÇÃO

A pesquisa que deu origem a este trabalho faz parte de um projeto mais amplo que visa estudar as experiências (familiares ou grupais) relativas à produção e à comercialização que têm sido relevantes para melhorar a renda e/ou a percepção de bem estar das famílias dos assentamentos da região de Andradina. No caso específico desta pesquisa está sendo estudado o Assentamento Anhumas, no município de Castilho (SP), no qual encontram-se assentadas 63 famílias.

Este trabalho analisa os resultados de pesquisa realizada junto a 20 assentados (31,7%) nos anos de 2005 e 2006. Além da apresentação do histórico do Assentamento, da caracterização das famílias e da produção, da assistência técnica e outras formas de apoio recebidas, da organização e planos das famílias; buscou-se analisar a evolução de alguns itens relativos à produção e à infra-estrutura do lote que sofreram os efeitos dos problemas encontrados pelos produtores por ocasião da safra 2004/05, especialmente em relação às culturas anuais.

2. A IMPORTÂNCIA DOS ASSENTAMENTOS RURAIS

O ritmo de criação de novos assentamentos mudou significativamente a partir de meados da década de 90, quando haviam apenas 218 mil famílias assentadas (desde a promulgação do Estatuto da Terra). De acordo com dados citados no II Plano Nacional de Reforma Agrária (II PRNA), no período entre 1995 e 2002, foram assentadas 524.380 famílias¹. O ritmo parece ter arrefecido no final do Governo Fernando Henrique² e o Governo Lula embora projete até 2006 o assentamento de 500 mil famílias, em 2003 assentou apenas 36301 famílias; em 2004, segundo os dados oficiais (Incra) foram assentadas 81.300 famílias (INCRA, 2004).

Segundo Aly Junior (2005), esta ação de inclusão da parte do Estado traz como resultado a possibilidade de acesso à moradia, comida, renda, emprego, educação, conhecimento, lazer e cidadania para um contingente significativo de trabalhadores que têm poucas chances de obter uma inserção produtiva na sociedade urbana moderna. E assim rompe o círculo vicioso que limita o desenvolvimento dos pobres e excluídos do meio rural em nosso país.

Porém, quando se avalia a demanda potencial, constata-se que ainda há um grande contingente de produtores sem terra, mais de 3,3 milhões (arrendatários, parceiros e posseiros),

¹ O II PRNA está disponível em <http://www.incra.gov.br>, acesso em 24/02/2005.

² Em 2002 de acordo com os dados citados no II PRNA foram assentadas 43486 famílias, enquanto a média dos anos anteriores (1997-2001) foi superior a 81 mil famílias/ano.

segundo o Censo Agropecuário do IBGE de 1995/6. Seriam necessárias várias dezenas de anos para completar o processo de reforma agrária, mesmo considerando aquele ritmo mais intenso observado no período 1995-2001. Há ainda a agravante de que muitos produtores familiares continuam a ser expulsos do campo, sem ter perspectivas de obter condições adequadas de vida nas cidades.

A ausência de uma política agrária por parte do Estado, além de ser geradora de conflitos entre os trabalhadores sem-terra e os proprietários de grandes extensões de terra, fez com que a implementação de assentamentos rurais, na grande maioria dos casos, tenha sido resultado das contundentes ações políticas dos trabalhadores rurais. As iniciativas desses trabalhadores têm sido o verdadeiro motor das desapropriações (BERGAMASCO e NORDER, 2003; HEREDIA et al., 2002; SILVA, 2005). Heredia et al. (2002), em pesquisa que abrangeu 92 projetos em várias regiões do país³, constatou que 96% dos assentamentos implantados envolveram situações de conflito, e apenas 10% das desapropriações foram requeridas pelo Incra.

No estado de São Paulo, de acordo com o Itesp (Instituto de Terras do Estado de São Paulo) até dezembro de 2005 havia 10.049 famílias assentadas em 167 projetos que são atendidas por este órgão estadual⁴.

Um levantamento da produção nos assentamentos do estado de São Paulo, referente à safra 99/00, verificou que em 59% da área é desenvolvida a pecuária leiteira; 25% da área é ocupada com a produção de grãos e apenas 2% destina-se à fruticultura. No período entre 95/96 e 99/00 houve uma tendência de diversificação da produção e o aumento significativo da produção de leite e da cultura da mandioca (ITESP, 2004).

De acordo com o Itesp (1998), o valor monetário médio por família esteve em torno de 2,5 salários mínimos por mês, aos valores da época (96/97), alcançando nos assentamentos mais consolidados valores superiores a cinco salários mínimos/mês.

Alguns autores (GRAZIANO NETO, 1994; MÜLLER, 1994) questionam a necessidade e/ou eficácia da reforma agrária no Brasil, argumentando que não há farta disponibilidade de terras ociosas e portanto um programa deste tipo poderia dismantlar um sistema produtivo forte e que tem sido “capaz de produzir muito mais sem incorporar mais gente, seja como mão-de-obra, seja como proprietário” (MÜLLER, 1994, p. 235). Já Graziano da Silva (1994; 1999) embora não descarte a redistribuição de terras, enfatiza que a reforma agrária não deve ter como foco principal a produção agrícola, já que parcela expressiva da renda hoje auferida pelos produtores rurais não tem sua origem na agricultura.

Wanderley (2004) explica que para alguns autores, a pluriatividade seria um processo gradual, cujo desfecho é o abandono das atividades agrícolas, ou a perda de sua importância para a reprodução das famílias, culminando enfim, com a passagem do meio rural para o urbano. Porém, a autora afirma que sob seu ponto de vista, a pluriatividade é uma estratégia da família, que pode através da diversificação de atividades fora da propriedade, assegurar a reprodução desta e a permanência como ponto de referência central e de convergência para todos os membros da família.

³ As regiões pesquisadas, denominadas *manchas*, por concentrarem grande número de assentamentos foram o entorno do DF - GO e MG; o sertão do Ceará; o sudeste do Pará; o oeste de Santa Catarina; sul da Bahia e zona canavieira do NE (AL, PB e PE), totalizando 39 municípios.

⁴ Dados disponíveis na página oficial do Itesp: www.itesp.sp.gov.br, acesso em 10/02/2006. O Itesp inclui, neste total, os reassentamentos organizados pelas companhias hidrelétricas e outros implantados pelo governo do Estado. Não estão incluídos neste total os assentamentos recentes criados pelo Incra (cerca de 1700 famílias), cerca da metade localizados na região de Andradina (Noroeste).

Portanto, a tendência de crescimento da pluriatividade é um aspecto importante e deve ser considerado na elaboração dos projetos, mas não pode servir de justificativa para não realização da reforma agrária.

Há vários estudos, como o da FAO/PNUD (1992); Ferrante e Bergamasco (1992) e Heredia et al. (2002) que destacam a melhoria da condição de vida das famílias após o assentamento, tanto do ponto de vista objetivo, como em termos de percepção da grande maioria dos assentados. O trabalho da FAO/PNUD (1992) conclui que renda média obtida por uma família assentada é superior ao obtido pelas famílias de trabalhadores rurais, embora haja uma diversidade muito acentuada de acordo com a região. Heredia et al. (2002) mostra que 91% dos assentados apontaram melhoria na sua condição de vida depois da chegada no assentamento.

É evidente que o crescimento do patrimônio acontece de maneira gradual, a começar pela compra de bens materiais de fácil negociação, como carros, equipamentos agrícolas e animais (RIBEIRO e GALIZONI, 2004). Porém, um dos maiores avanços citados pelos próprios assentados é a troca do “barraco de lona” pela casa de alvenaria, por simples e pequena que seja.

Leite (1994) menciona outro aspecto que deve ser analisado ao se discutir o processo de reforma agrária/assentamentos: o custo para assentar uma família é menor do que o custo para a criação de um emprego urbano.

O desempenho dos assentamentos, no entanto, não pode fundar-se numa análise que se limita aos aspectos monetários e econômicos e nem mesmo ao exame de dados estatísticos sobre as condições de vida, pois, apresentam uma realidade complexa e dinâmica, em constantes mutações, onde diferentes projetos são construídos e expectativas geradas, estratégias familiares são redefinidas e uma série enorme de fatores ligados ao contexto regional, às políticas públicas, à organização interna, aos mediadores e aos recursos naturais; fatores estes que nem sempre são passíveis mensuração ou que não são nem mesmo identificados adequadamente naquelas análises (BERGAMASCO e FERRANTE, 1998).

Bergamasco e Norder (1996) apontam como fatores que influenciam a diferenciação no processo de geração de rendas a existência ou não de apoio governamental ao aprimoramento técnico-econômico dos projetos, o acesso ao crédito; a qualidade do solo e o tamanho da área agricultável; a experiência e os prévios recursos financeiros e produtivos de cada família; o sistema local e regional de comercialização da produção; a distância e o acesso aos centros consumidores⁵.

De acordo com Souza Filho et al. (2004) a decisão política de apoiar os agricultores familiares (assentados ou não), para ser consistente e efetiva, deve levar em conta as diversidades socioeconômica e regional que caracteriza essa população. É preciso ter a coragem de selecionar grupos de produtores e áreas específicas, e direcionar e desenhar um conjunto de políticas, levando em conta as especificidades e potencialidades de cada área. Manter a tradição populista de programas de alcance supostamente universais, mas que na prática atinge apenas uma parcela da população, é o caminho mais rápido para diluir os recursos escassos e banalizar o apoio à agricultura familiar. Selecionar implica definir, com mais clareza, opções. Já não é suficiente indicar a agricultura familiar como prioridade. É necessário selecionar dentro da agricultura familiar, discriminar uns dos outros.

Mas este atendimento a especificidades não pode ter como orientação o viés de uma suposta viabilidade econômica de determinados setores da agricultura familiar, como parece ser o

⁵ Outro texto que destaca a importância das políticas públicas é o elaborado por Medeiros e Esterici (1994). Já os atores internos que geram diferenciação entre os assentados também foram analisados em Sant’ Ana (1996).

caso do Pronaf que tem beneficiado agricultores familiares com maiores rendas (SACCO DOS ANJOS et al., 2004).

Os assentamentos também não são meros espaços de passividade, em seu cotidiano os assentados constroem novas relações sociais, recriam antigos laços de solidariedade e lutam por seus direitos. Apesar das pressões internas e externas algumas experiências resistem ao tempo, em alguns casos sofrem metamorfoses, mas continuam a luta para a criação de alternativas próprias que sejam capazes não só de fornecer renda às famílias, mas responder também pela construção de determinados projetos de vida. Representam não apenas a busca de condições materiais adequadas de vida, mas também a realização de desejos e sonhos como indicam pesquisas recentes, como a coordenada por José de Souza Martins, sobre cinco assentamentos rurais de diferentes regiões brasileiras (MARTINS, 2003).

3. ASSENTAMENTOS RURAIS DA REGIÃO DE ANDRADINA E PECUÁRIA LEITEIRA

No total são 11 os assentamentos 938 famílias assentadas acompanhados pelo Grupo de Trabalho de Campo (GTC) de Andradina (SP) do Itesp⁶ faz o acompanhamento técnico de 938 famílias distribuídas em 11 assentamentos: Projeto de Assentamento (PA) Primavera (210 famílias); PA Timboré (176 famílias); PA Rio Paraná (92 famílias); PA Esmeralda (85 famílias); PA Orlando Molina (77 famílias); PA Aroeira (40 famílias); PA São José II (39 famílias); PA Belo Monte (74 famílias); PA Anhumas (63 famílias); PA São Joaquim (41 famílias) e PA Terra Livre (41 famílias). Além destes assentamentos foram criados ou estão em fase de instalação outros nove assentamentos na região em áreas desapropriadas pelo Incra, totalizando 977 famílias assentadas. Os assentamentos são: PA Terra é Vida, em Pereira Barreto (39 famílias); PA Estrela da Ilha (202 famílias) e PA Santa Maria da Lagoa (75 famílias), em Ilha Solteira; PA Roseli Nunes, em Itapura (77 famílias); PA Três Barras, em Castilho (181 famílias); PA Nova Vila, em Guaraçai (57 famílias); PA Dois Irmãos, em Murutinga do Sul (140 famílias); PA Pousada Alegre, em N. Independência (59 famílias); PA União da Vitória, em Suzanópolis (147 famílias). Nenhum destes assentamentos novos são acompanhados diretamente pelo Itesp, e sim por ONGs ligadas aos movimentos sociais (MST) e federações/sindicatos. Mesmo em alguns projetos de responsabilidade do Itesp há técnicos destas organizações auxiliando na elaboração de projetos e assistência técnica.

Uma marcante característica dos assentamentos da região de Andradina - SP é a atividade leiteira. Novo e Camargo (2005) afirmam que esta pode ser uma interessante fonte de renda, principalmente em áreas reduzidas, com caráter familiar, principalmente devido a excelente lucratividade por área, além de outros fatores, como renda mensal e baixo risco de produção, quando comparada a outras atividades, como fruticultura e hortaliças. Camargo e Ribeiro (2005) também consideram que a atividade leiteira tem o poder de gerar renda suficiente para manter com dignidade as famílias no meio rural, porém, desde que seja conduzida de forma tecnificada, o que não significa altos investimentos, mas sim a aplicação de conceitos corretos sobre como aumentar a produtividade da terra e reduzir o custo de produção, simultaneamente.

É certo que como qualquer atividade agrossilvopastoril, o setor leiteiro também enfrenta dificuldades. Se de um lado as empresas geradoras de conhecimento tecnológico, muitas vezes não conseguem transferi-lo com eficiência aos produtores, por outro lado, quando tais

⁶ O GTC de Andradina, juntamente com o GTC de Promissão, faz parte da Coordenação Regional VI - Noroeste cuja sede também é em Andradina.

conhecimentos são repassados, corre-se o risco de não serem aplicados de forma correta. Evidencia-se, então, um descompasso existente entre a geração e a aplicação efetiva das tecnologias nos sistemas de produção (NOVO e CAMARGO, 2005), e cria-se a necessidade de monitoramento constante por parte dos organismos responsáveis por tais tecnologias.

Muitos autores consideram que por essas dificuldades os agricultores familiares não são capazes de produzir em larga escala e ocupar espaços estáveis dentro dos mercados (RIBEIRO e GALIZONI, 2004).

No entanto, há dados que mostram a viabilidade da melhoria do padrão tecnológico da pecuária de leite em pequenas propriedades familiares. Novo e Camargo (2005) desenvolvendo um trabalho com produtores de leite que possuíam no máximo 100 ha e tinham como principal atividade a exploração leiteira, constataram que a aplicação das tecnologias aumentou o custo operacional em 22% e o custo total em 9%, porém o aumento de receita devido à maior escala e ao maior preço recebido proporcionou um aumento de 65% na receita da propriedade. O lucro total e o lucro por hectare tiveram aumento de 64 e 68%, respectivamente.

4. METODOLOGIA E TÉCNICAS DE PESQUISA

A pesquisa está sendo realizada no Assentamento Anhumas, no município de Castilho (SP), onde estão instaladas 63 famílias.

Inicialmente foi realizada uma revisão bibliográfica sobre os assentamentos rurais e com base nos dados do Itesp, especialmente a partir de informações colhidas junto ao agrônomo responsável pelo assentamento e dos dados de campo foram levantadas as características gerais do assentamento Anhumas em Castilho, pois as Cadernetas de Campo deixaram de ser feitas pelo Itesp.

Na primeira fase da pesquisa, referente ao período 2004/05 foi elaborado um questionário sucinto, em duas versões, uma para os produtores individuais e outra para os grupos, e aplicado (no início de 2005) junto a 20 famílias do assentamento. Em seguida foram realizadas entrevistas em que foram resgatados o histórico de lutas que culminou com a desapropriação da Fazenda Anhumas e o assentamento das famílias. Em janeiro de 2006 foi realizada nova visita aos produtores e atualizadas todas as informações contidas no questionário.

No questionário foram levantados dados sobre a procedência da família e a ocupação anterior do responsável; o tempo de assentamento; a composição, a idade e a escolaridade da família; sobre outras atividades ou fontes de renda; mão-de-obra utilizada no lote; infra-estrutura disponível no lote/assentamento; caracterização da produção animal e vegetal em termos de área, produção, tecnologia utilizada e destino da produção; crédito; e sobre fontes de apoio e informação.

O questionário aplicado junto aos três grupos existentes no Assentamento Anhumas pode ser observado. Neste questionário foram colhidas informações sobre a identificação do grupo e seu ano de formação; as atividades desenvolvidas; composição do grupo e características dos membros; mão-de-obra utilizada nas atividades (quando for o caso); infra-estrutura pertencente ao grupo; crédito e sobre fontes de informação e apoio recebidos.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1. Histórico da luta pela terra no Assentamento Anhumas

A luta pela constituição deste assentamento inicia-se em 1995, quando um contingente de aproximadamente 700 famílias ocupou a área da Fazenda Anhumas, reivindicando sua desapropriação, contudo sem obter sucesso.

Nos anos seguintes essas famílias se dispersam pela região, dirigindo-se para outros acampamentos ou voltando para cidade. Em 2000, restava apenas um pequeno grupo que chegou a ficar reduzido a 12 famílias no acampamento. Entretanto, considerando a presença de tão poucas famílias na área não seria suficiente para pressionar e obter a desapropriação da fazenda e como as famílias vinham sendo ameaçadas por jagunços, ligados ao fazendeiro (de acordo com declaração dos assentados), o MST articulou um convite a um outro grupo (pouco mais de 40 famílias), acampadas à beira da pista, perto de Itapura (cidade próxima), para que, unindo-se pudessem reforçar o movimento. Em 2001, após mais dois anos e meio de espera, conseguiram finalmente que fosse decretada a desapropriação da área. A imissão de posse ocorreu em 20 de junho de 2002.

Os depoimentos a seguir dão detalhes do processo de luta pela terra:

Foi uma coisa muito difícil porque quando nós entramos primeiramente aqui dentro da fazenda, nós era em 700 famílias. Mas, eu não sei o que teve, que nós perdemos a luta. Nós se dividimos em quatro grupo: um foi pra São Lourenço [Fazenda], outro foi pra Pereira Barreto, outro foi pra Sud Menucci, outro ficou na região da Timboré [Assentamento situado próximo]. E eu fui pra Santa Luzia. Da Santa Luzia eu voltei e fui ali perto das Três Barras [Fazenda]. E dali, em 12 famílias ajuntamos aqui de novo. E, graças a Deus, com 12 famílias nós ganhamos a vitória. Tinha outro acampamento ali na estrada de Itapura. Nós trouxemos esse pessoal da entrada de Itapura, mais 41 famílias aqui pra dentro pra poder ajudar o povo deles que tava sofrendo. (AGF)⁷

Outro assentado que pertencia ao grupo das famílias acampadas junto à rodovia próximo ao trevo de Itapura, assim relata a luta pela terra:

Até então, a gente sabia através do Movimento que aqui na Anhumas, essa fazenda já tava numa luta de sete anos na época e não conseguiam a terra. E só tinha umas famílias acampadas, só que tava num total de quinze famílias. Aí a gente precisava vir pra cá pra dar uma força pra poder sair a desapropriação da Fazenda, porque com quinze famílias, o seu Antônio Gonçalves, ele tava aqui, e ele com quinze famílias não ia conseguir desapropriar essa Fazenda. Tava assim meio parado o sistema. Aí convidaram a gente através do Movimento Sem Terra, a gente veio, acampou junto com eles ali na divisa com a Timboré, foi aonde a gente ficou mais dois anos e pouco. Assim: mais um ano e meio mais ou menos saiu a desapropriação, depois mais um total de um ano e pouquinho saiu a imissão de posse. Foi aonde a gente conseguiu chegar até nossa terra que a gente tá hoje. Nessa luta aí. (DBG)

Atualmente, o Assentamento Anhumas é composto por 63 famílias divididas em uma área de 1.350,86 hectares. Os lotes distribuídos variam entre 7,90 (para-rurais) e 16,50 ha. A quase totalidade (59 lotes) possui entre 15,0 e 16,5 hectares. Dentre os responsáveis pelos lotes, em 16 deles aparecem mulheres como a primeira titular.

5.2. Caracterização das famílias entrevistadas no Assentamento Anhumas

⁷ Todos os produtores estão identificados pelas iniciais maiúsculas de seus nomes.

Todas as famílias entrevistadas estão na área desde a implantação do Assentamento Anhumas, em 2001. A maioria das famílias, 67% delas, morava em cidades da região.

Pode-se observar que mais de $\frac{3}{4}$ dos produtores entrevistados declararam já ter trabalhado em alguma atividade agrícola antes de ser assentado. Dentre as ocupações não agrícolas mencionadas pelos produtores estão pedreiro, ajudante geral, vendedor, caminhoneiro e outras. De modo geral são ocupações de baixa qualificação e remuneração. Também em relação às ocupações agrícolas, trata-se em grande parte dos casos de experiências de trabalho e não de administração das atividades.

Na análise da composição das famílias, onde considerou-se todos os membros que moram no lote, nota-se que a maior parte das famílias, correspondente a 75% dos casos, são compostas por até quatro membros, enquanto 20% das famílias são formadas apenas por duas pessoas, mas não se trata do início de um ciclo familiar e sim de casais com idade média de 50 anos.

Quanto ao número de filhos, 85% das famílias possui no máximo dois filhos, sendo que 25% não possui nenhum filho morando com a família. Somente 15% das famílias possuem três filhos ou mais e em apenas um caso esse número chega a seis. Por outro lado, notou-se uma tendência de composição mais ampla do núcleo familiar em parte significativa dos lotes: 30% das famílias possuem outros parentes, como sobrinhos, netos, genros e noras, ou agregados morando na área.

Em relação a idade do casal (ou do entrevistado, quando não há um cônjuge), pode-se observar que os homens, em média, são um pouco mais idosos, 68% deles possuem mais de 40 anos; enquanto 60% as mulheres estão nessa mesma faixa etária. Dentre as mulheres duas possuem menos de 30 anos e nenhuma mais de 60 anos; enquanto com os homens ocorre exatamente o contrário: nenhum tem menos de 30 e dois possuem mais de 60 anos.

Quanto à escolaridade observa-se um quadro preocupante, mais acentuado em relação aos cônjuges, pois, 26% são analfabetos, e outros 26% estudaram no máximo até a 4ª série do ensino fundamental (antigo primário). No caso dos entrevistados nenhum declarou ser analfabeto, mas 55% estudaram no máximo até a 4ª série do ensino fundamental.

Somente dois cônjuges concluíram o ensino médio e dentre os entrevistados apenas um deles terminou este nível e iniciou, mas não concluiu, o curso superior.

Em função da idade média dos casais ser relativamente avançada, 53% dos filhos possuem mais de 15 anos, estando potencialmente aptos para contribuir no trabalho do lote. Em termos de capacitação técnica os filhos formam um grupo que deverá ser alvo de atenção, pois de modo geral apresenta maior grau de escolaridade e poderá contribuir com os pais na adoção de práticas mais complexas em termos tecnológicos (mas sem esquecer de considerar a influência do tipo de hierarquia familiar predominante, em que o pai concentra a maior parte das decisões).

5.3. Infra-estrutura dos lotes

Após as famílias serem assentadas, o Incra disponibilizou a quantia de R\$ 3.000,00 (três mil reais) para a construção de moradias. Em todos os lotes pesquisados pôde-se observar que as residências construídas com este recurso são de alvenaria, variando de 24m² a 200 m². Quase todos os assentados relataram também que investiram recursos próprios além daquele fornecido pelo Governo, pois o valor fornecido era insuficiente. Muitos deles também utilizaram no todo ou em parte mão-de-obra própria para reduzir gastos monetários da construção. Algumas dessas residências ainda estão em fase de construção e a maioria ainda não completou a fase acabamento (reboco, piso, pintura, etc.).

Atualmente, pode-se observar que a maior parte dos assentados está ampliando e/ou reformando suas residências, resultado da liberação de mais três mil reais pelo Incra para esta finalidade (este recurso foi destinado a todos os assentamentos da região).

Há outros tipos de construções, como galpões e currais, mas a grande maioria dessas benfeitorias são edificações precárias, construídas de forma improvisada, devido aos poucos recursos disponíveis. Somente alguns assentados, que tinham recursos próprios (veículos, cabeças de gado bovino ou outro bem) ao entrar no lote, já construíram currais e galpões bem estruturados. Entre o primeiro levantamento e o último, pôde-se notar que aumentaram quantitativamente as construções, como casas de moradia, depósitos e paióis (Tabela 1).

Tabela 1: Benfeitorias, máquinas e equipamentos dos produtores pesquisados do Assentamento Anhumas.

Benfeitorias	Nº de Propriedades		Total do Bem	
	2005	2006	2005	2006
Casas de Moradia	20	20	20	22
Galpão	1	1	1	1
Curral	12	12	12	12
Depósito/Tulha	4	5	4	5
Paiol	7	9	7	10
Poço, cacimba	14	14	16	16
Máquinas e Equipamentos				
Trator	4	4	4	4
Triturador	2	6	2	6
Veículo	9	9	13	10
Tanque de resfriamento	2*	2*	2*	2*

Fonte: Dados da pesquisa, 2005/06.

* Os tanques de expansão estão instalados na área comunitária e são de propriedade coletiva.

Um dos principais problemas enfrentados no assentamento é a falta de água potável. Numa tentativa de minimizar essa deficiência, 14 proprietários (70% dos entrevistados) construíram poços tipo cacimba em seus lotes (Tabela 1). Porém, nos meses de estiagem, essa medida nem sempre é suficiente, já que muitos desses poços secam devido ao rebaixamento do lençol freático.

Na sede do assentamento foi construído um poço profundo, de cento e trinta metros, porém, segundo os assentados e o próprio engenheiro agrônomo do Itesp, esse poço não é capaz de atender a demanda hídrica dos lotes. Por essa razão, o engenheiro agrônomo, declarou ter sido elaborado um projeto objetivando a perfuração de mais dois poços profundos, em convênio do Incra com a Prefeitura Municipal de Castilho, sendo que o primeiro ficou responsável pelo material e a Prefeitura pela execução serviço. Após um ano, constatou-se que o poço realmente foi construído, porém, seu funcionamento ainda depende da aquisição de bomba adequada e da implantação de rede de distribuição até a entrada de cada um dos lotes beneficiados.

Somente 20% dos produtores entrevistados possuem trator e este número não se alterou no intervalo de tempo analisado (Tabela 1). Neste assentamento não há grupos ou associações que dispõem de tratores e equipamentos. No restante das propriedades, para o seu manejo em geral, os produtores recorrem a empréstimos ou aluguéis (a Prefeitura de Castilho também mantém patrulha agrícola com preços menores do que os cobrados por prestadores de serviço particulares), quando não fazem o serviço manualmente ou com a ajuda de animais, no caso,

especialmente eqüinos. Os trituradores que estavam presentes em apenas 10% dos lotes no início de 2005 passaram para 30% das propriedades em janeiro de 2006, pois somente em dezembro de 2004 foi instalada a energia elétrica nos lotes.

Quanto aos veículos de locomoção, concentram-se em apenas 45% das propriedades. Destaca-se que foi detectada uma redução da quantidade deste item, de 13 para 10 (Tabela 1), sendo que alguns foram vendidos para pagamento de dívidas contraídas após o insucesso da última safra. Isso implica que a maioria dos moradores depende basicamente de transporte público para realizarem suas compras, irem à escola, buscar atendimento médico e odontológico, e negociarem seus produtos na cidade mais próxima.

Segundo Aly Junior (2005), para fazer frente à pressão dos movimentos sociais, a ação do governo deixou muitos assentamentos à mingua, pois, o que interessava eram os números. Como consequência verifica-se uma grande carência em infra-estrutura viária, água e saneamento, energia elétrica, o que dificulta a comercialização/escoamento da produção e, a locomoção dos assentados. O mesmo vale para o acesso a serviços como educação e saúde. O autor conclui afirmando que o assentamento é uma criação do Estado e está sujeito à sua gestão, seja de maneira direta e autoritária, seja de maneira indireta e negociada. Ao criar o assentamento, o Estado assume a responsabilidade de viabilizá-lo e o desempenho de um assentamento é também fruto do desempenho da ação do Estado.

5.4 Caracterização da produção

Buscou-se na caracterização da produção um maior detalhamento das atividades realizadas no lote. Na Tabela 2 observa-se que a criação de bovinos, mais especificamente, o gado leiteiro é a atividade predominante, realizada em todos os lotes pesquisados; em seguida aparecem as aves, como galinhas e gansos; e suínos (ambos em 80% dos lotes). Outras criações como cabritos e carneiros (ambos presentes em 20% dos lotes) são as atividades menos procuradas. Exceto o caso da bovinocultura de leite, em que 90% dos produtores destinam sua produção à agroindústria, nos demais casos trata-se de experiências limitadas em termos de escala, tecnificação e comercialização. Porém, são muito importantes por destinarem-se, primordialmente, à subsistência das famílias.

O rebanho dos assentados foi constituído basicamente a partir da liberação do Pronaf investimento, já que a maioria encontrava-se acampado há vários anos e não possuíam recursos ou bens. Esse gado leiteiro advém em 70% dos casos, de uma fazenda produtora localizada perto do assentamento, o que facilitou a negociação, inclusive em termos de troca de animais doentes ou com algum tipo de deficiência grave de produtividade do leite. As orientações técnicas foram para que se fizesse uma pesquisa em outros municípios da região, objetivando conseguir menores preços e a aquisição de um rebanho adequado para os produtores (gado cruzado), mas com certa aptidão para a produção de leite. Na prática, porém, isso acarretaria um outro problema: o do frete, o transporte de animais até os lotes, já que não havia condições de ser efetuado pelos próprios assentados. O engenheiro agrônomo destacou ainda que muitos não tinham experiência de compra de animais, por isso, foi feita uma palestra técnica, do agrônomo e do médico veterinário do Itesp, afim de explicar aos produtores as características importantes para a seleção das matrizes a serem compradas e esclarecer possíveis dúvidas.

Constata-se também por meio dos dados da Tabela 2 que entre 2005 e 2006 ocorreu aumento do plantel de bovinos e aves, enquanto diminuiu o número de suínos e caprinos. Enquanto esta redução pode ter sido circunstancial, devido a uma maior venda destes animais para as festas de final de ano; o aumento de rebanho bovino deve-se em parte ao crédito (Pronaf

C) recebido por alguns produtores e, possivelmente, porque alguns produtores tiveram de reter os bezerros e descartes devido aos baixos preços dos animais.

Tabela 2: Plantel e destino principal dos produtos do Assentamento Anhumas.

Espécie	No. de Produtores	Plantel		Destino Principal da Produção
		2005	2006	
Bovinos	20	431	492	agroindústria e auto consumo
Suínos	16	78	35	auto consumo e venda eventual
Aves	16	560	762	auto consumo e venda eventual
Caprinos	4	19	14	auto consumo e venda eventual
Ovinos	4	13	13	auto consumo e venda eventual

Fonte: Dados da Pesquisa, 2005/06.

Ao se comparar a produção de leite em 2005 e 2006 verifica-se que a maior parte concentrou-se na época das águas em ambos os anos, com uma média diária dos produtores entrevistados de 46,7 e 51,4 litros, respectivamente (Tabela 3). Em relação ao período seco (dispõe-se de dados somente de 2005), essa produção média reduziu-se para 37,2 litros/dia por produtor, uma queda de 20,3% em relação ao período das águas de 2005. Mas há diferenças entre os produtores, enquanto a grande maioria apresentou redução do volume da produção no período seco, três produtores aumentaram sua produção nesta época mais crítica (considerando todo o período de análise, destes somente um teve maior produção absoluta no período seco), gerando um maior lucro, já que o produto obtém preço mais elevado nestes meses.

O principal motivo apresentado pelo engenheiro agrônomo do Itesp pela queda de produção das vacas é a indisponibilidade de alimentação na época de seca, que é um aspecto crítico para o animal. Segundo ele, 90% do gado é criado a pasto, recebendo suplementação através de ração, apenas quando o gado já se apresenta bastante debilitado.

Embora a comparação entre dois períodos apenas não permita conclusões mais consistentes, o aumento significativo da média de produtividade entre 2005 e 2006, passando de 5,7 litros/vaca para 6,8 litros/vaca, indica uma tendência de melhoria do padrão de tecnificação da atividade. As diferenças de produtividade constatadas foram: a menor 4,2 litros/vaca e a maior 8,7 litros/vaca, em 2005; e a menor 1,7 litros/vaca e a maior 10 litros por vaca, em 2006; ou seja também aumentou as diferenças entre os produtores. Embora esta produtividade seja baixa, é superior a média dos produtores familiares da região.

Tabela 3: Características da bovinocultura de leite dos produtores pesquisados do Assentamento Anhumas.

BOVINOCULTURA DE LEITE	QUANTIDADE	
	2005	2006
PRODUTORES (P)	20	20
ANIMAIS (cabeças)		
Vacas em Lactação* (VL)	153	140
Vacas Secas* (VS)	74	112
PRODUTIVIDADE (litros/dia)		
Produção Total nas Águas (PTA)	935	1027,5
Média de Produção nas Águas (PTA/P)	46,7	51,4
AUTO CONSUMO (litros/dia)		
Auto Consumo Total (ACT)	50,5	50,5
Média de Auto Consumo (ACT/P)	2,5	2,5

Fonte: Dados da pesquisa, 2005/06.

Em geral, o autoconsumo de leite (e de alguns de seus derivados) é expressivo, em média, 2,5 litros por família diariamente (Tabela 3). Mas, há casos em que esse consumo pode chegar a 5 litros por dia. Cabe destacar que um consumo semelhante na cidade só é possível para famílias de rendas muito mais elevadas que a dos produtores rurais.

A análise da Figura 1, que retrata a produção de cada um dos produtores pesquisados em três períodos específicos (fevereiro de 2005/; julho de 2005 e janeiro de 2006), mostra com maiores detalhes as diferenças de produção dentre as famílias pesquisadas. Metade dos produtores aumentou a produção no período analisado (comparando as duas épocas das águas), enquanto 35% apresentaram decréscimo na produção.

Ao calcular o desvio padrão em relação à produção média verificou-se que este é maior no período seco, mas também aumentou entre o período das águas de 2005 e 2006, mostrando que o maior volume produzido (e a produtividade) significou uma elevação da desigualdade entre os produtores, o que pode indicar que este padrão de tecnificação da atividade pode trazer maior diferenciação entre os assentados.

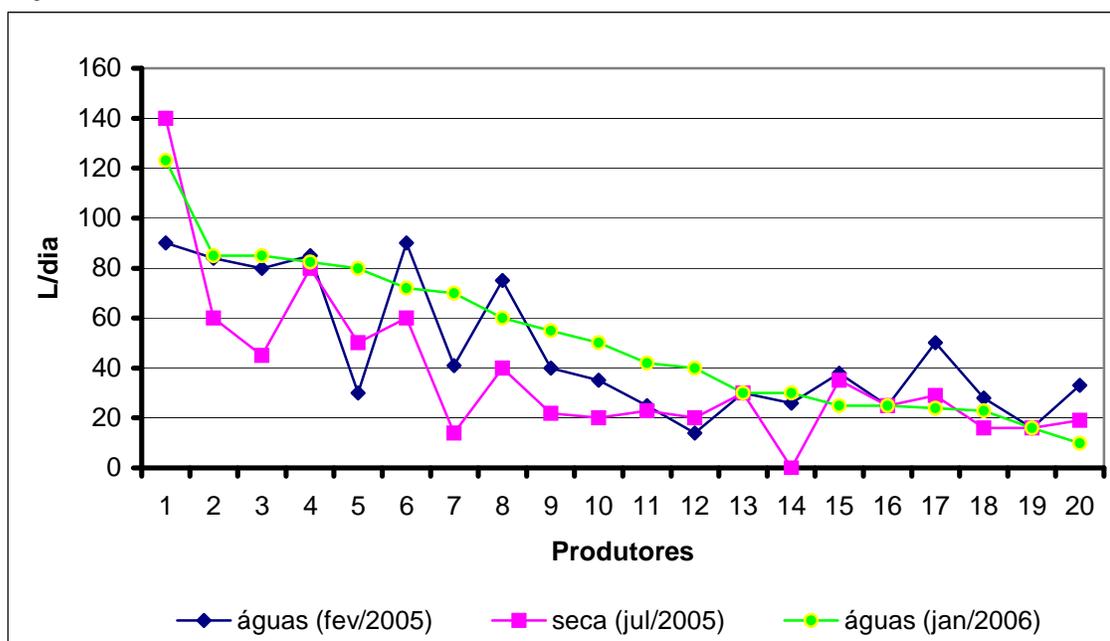


Figura 1: Evolução da produção diária dos produtores de leite pesquisados no Assentamento Anhumas no período entre 02/2005 e 01/2006.

Fonte: Dados da pesquisa, 2005/06.

O agrônomo menciona que tem encontrado resistência por parte dos produtores, não há uma adoção concreta e total das orientações, o que reflete nesta questão de nutrição animal. A área mínima de cana ou capim napier não é cultivada como o recomendado, culminando na compra de ração, muitas vezes de baixa qualidade e custo elevado.

Em parte a não adoção ocorre também por falta de recursos e um fator agravante deste problema é que muitos produtores que fizeram pedido em projetos para plantio de capineira, não conseguiram executá-lo por não terem encontrado mudas de cana/napier. A solicitação de uma pequena quantidade, no caso duas a três toneladas, não é suficiente para a empresa realizar o transporte e, por outro lado, os assentados não dispõem de veículo e nem conseguiram se articular

para realizar um pedido conjunto. Com isso passou a época correta de plantio e muitos assentados não conseguiram realizar o plantio.

Ainda segundo o agrônomo, fato também confirmado pelo Diretor do Departamento Econômico e Social da Prefeitura de Castilho, há um *projeto* (na verdade uma solicitação dos assentados) de plantio de 0,5 a 1,0 hectare de cana para cada família interessada, com o fornecimento das mudas por parte da Prefeitura, além do preparo do solo. No entanto, até fevereiro de 2006 o projeto não havia sido executado.

Observa-se que vários assentados têm consciência do que deve ser feito em termos melhoria da tecnologia de produção da pecuária leiteira, mas esbarram em dificuldades, relacionadas principalmente, a baixa disponibilidade de recursos para maiores investimentos em alimentação, no trato dos animais, aquisição de animais com melhor potencial genético, construção de ambientes que sejam mais adequados à ordenha e à execução de projetos como a implantação de forrageiras de melhor qualidade e a divisão dos pastos em pequenos piquetes rotativos (*piqueteamento*), compra de equipamentos de irrigação, dentre outros.

Algumas iniciativas pioneiras têm sido adotadas buscando superar esses problemas. Alguns produtores, com recursos próprios ou do Pronaf, já iniciaram o *piqueteamento* das áreas de pastagem e visam ampliar essa técnica em todo o pasto do lote futuramente. Buscam também garantir o alimento do gado na seca implantando capineiras (cana e/ou capim napier) Gradativamente estão substituindo (ou planejando substituir) vacas que são pouco produtivas por matrizes com melhor potencial genético. E há casos em que o curral já vem sendo construído ou reformado e recebendo cobertura para realizar a ordenha.

As principais culturas cultivadas no Assentamento Anhumas é o milho e o algodão. O maior destaque cabe ao milho que em 2005 foi semeado em todos os lotes pesquisados, perfazendo uma área de 80,1ha. Já o algodão foi plantado em 55% dos lotes no mesmo ano (46,6ha). Porém, em 2006 ocorreram grandes mudanças pois os produtores, em função dos prejuízos ou de não terem conseguido pagar os financiamentos realizados, reduziram ou deixaram de plantar estas culturas. O milho passou a estar presente em apenas 65% dos lotes (63,2ha), enquanto o algodão apresentou queda brusca, sendo cultivado por apenas um agricultor (2,4ha), na safra 2005/06 (Figura 2).

É importante ressaltar que parte significativa das atividades desenvolvidas nos lotes destinam-se total ou parcialmente à subsistência, dentre elas a fruticultura, a olericultura, o milho, a mandioca e o feijão.

Essas culturas anuais mais tradicionais como milho e algodão trouxeram grandes prejuízos à estes produtores na safra 2004/05. A maior parte deles encontra-se em situação inadimplente junto aos órgãos financiadores. O milho teve sua produção comprometida devido ao período de seca em fases críticas da cultura. Alguns dos assentados recorreram inclusive ao seguro agrícola, mas foram poucos que tinham apólices de seguro da produção e que haviam seguido as recomendações técnicas mínimas para requerer a cobertura de possíveis prejuízos.

No caso da cultura do algodão os problemas, segundo os assentados, foram os preços: elevados no ato da compra de insumos, no preparo da terra, manutenção da cultura, colheita e baixo preço no momento da venda do produto (cerca de metade do preço que vigorou na safra 2003/4).

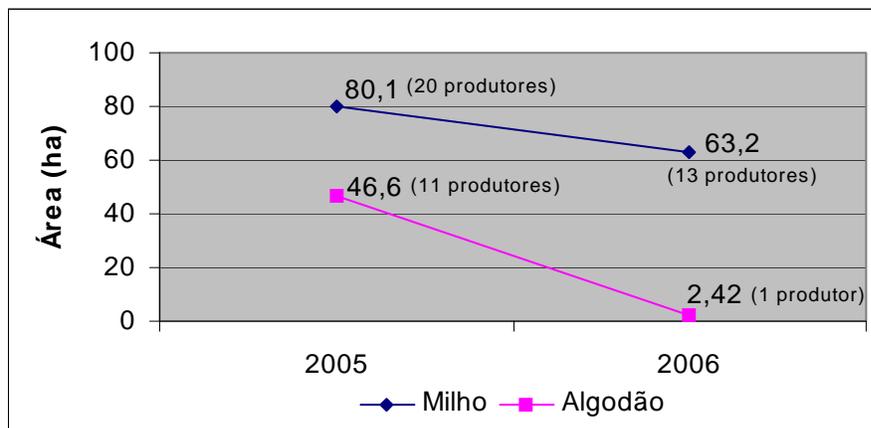


Figura 2: Evolução da área das culturas do milho e do algodão entre as safras 2004/05 e 2005/06, dentro os produtores pesquisados no Assentamento Anhumas.
Fonte: Dados da Pesquisa, 2005/06.

Outros produtores acreditam que plantios comerciais de culturas anuais não compensam do ponto de vista econômico e/ou oferecem muitos riscos aos produtores. Preferem então não semear algumas culturas e, no caso do milho, restringem a área plantada ao necessário para o autoconsumo da propriedade.

5.5 Assistência técnica e outras formas de apoio recebidas

O apoio técnico do Itesp foi o mais lembrado pelos produtores, já que 75% deles declararam buscar com frequência orientações junto ao engenheiro agrônomo deste órgão público, no momento de instalar uma nova cultura e/ou criação na propriedade. Já alguns afirmaram procurar esse mesmo tipo de informação com outros proprietários e vizinhos (15%), em reuniões realizadas na sede do assentamento, além de meios de comunicação como televisão (15%), jornais e/ou revistas (5%).

Segundo o engenheiro agrônomo do Itesp, as orientações acontecem por meio de atividades grupais: reuniões ou palestras sobre um determinado assunto. Há reuniões regulares que acontecem na sede uma vez por mês, aproximadamente.

Quando são questionados a respeito de algum órgão governamental ou empresa privada que teve papel importante para ter dado certo as atividades que vem realizando, a Prefeitura de Castilho foi citada por 85% dos proprietários, por fornecer principalmente água em caminhões-pipas, assistência médica, transporte coletivo e maquinário. É interessante notar que neste caso os produtores não identificaram o Itesp com as formas de apoio mais amplas, associando-o somente ao trabalho de orientações técnicas, embora este órgão também tenha atuado na intermediação de outros benefícios obtidos para o assentamento. O Incra também é pouco citado, possivelmente devido ao fato da atuação deste órgão ter se tornado mais efetiva no período recente.

O Itesp buscou executar alguns projetos de apoio, que segundo o engenheiro agrônomo responsável foram: compra de matrizes de gado leiteiro, numa fase inicial, por ser capaz de gerar renda de imediato; distribuição gratuita de três toneladas de calcário por lote; “kit de galinha caipira”, contendo vinte e cinco pintos entre machos e fêmeas, de raça rústica e melhor adaptabilidade; horta doméstica (30% dos assentados foram atendidos, por sorteio, com sementes das mais variadas e vinte e 25 metros de tela para cercado); pomar doméstico, que se tratava de um “kit de mudas frutíferas”, atendendo também 30% dos assentados (foram entregues de 30 a 40 mudas de frutíferas diversas para cada família); 30 famílias pegaram sementes de milho da CATI, sendo que o pagamento deverá ser feito após a colheita deste ano.

Questionado sobre qual a principal reclamação que os assentados fazem em relação ao Itesp, o engenheiro agrônomo admite ser a falta de assistência técnica. E justifica dizendo que a orientação do Itesp é que o atendimento seja feito de forma grupal e não individual, exceto em casos que realmente necessitem de averiguação técnica mais específica. Relata também que as visitas são prejudicadas por falta de veículos ou mesmo de combustível e, que dentro do possível as realiza de duas a três vezes por semana. As reuniões em grupo são efetuadas uma vez por mês, como já mencionado, e visam tratar de assuntos diversos como prorrogação de dívidas, pedido de crédito, melhoria, obras e de outros assuntos técnicos.

Um outro entrave apontado pelo agrônomo é a falta de tempo de ir a campo, devido ao grande número de tarefas que executa, como elaboração de relatórios e projetos, reuniões internas e atendimento dos assentados no escritório para resolver questões técnicas ou administrativas, participação em cursos de capacitação internos.

Em relação à Prefeitura de Castilho considera que a administração atual tem estado atenta às reivindicações dos assentados e não há maiores dificuldades de acesso ao prefeito e/ou ao responsável pelo setor agropecuário do município.

5.6 Formas de organização das famílias assentadas

Há duas organizações grupais no Assentamento Anhumas relacionadas com a atividade leiteira: a Associação “Ações Unidas do Assentamento Anhumas” que tem sua atuação restrita a este Assentamento e a COAPAR, ligada ao MST, que atua em diversos municípios da região.

A Cooperativa “União da Vitória”, formada em 2002, embora tenha a frente uma liderança importante da época de acampamento e das lutas ocorridas nos primeiros anos após a constituição do assentamento, teve até o momento apenas existência formal.

Já o grupo formado por dez mulheres atuou durante cerca de dois anos, mas não conseguiu se manter ativo após receber um *Kit* de cozinha com utensílios como batedeira, assadeira, forno, etc., doado pelo Governo do Estado de São Paulo (via Itesp). O grupo participou de eventos dentro do próprio assentamento e outros regionais, realizando venda de doces e pães, porém, teve suas atividades suspensas pela Vigilância Sanitária da Prefeitura Municipal de Castilho – SP, devido às condições precárias do estabelecimento onde era realizado o trabalho de fabricação dos pães (algumas mulheres também mencionaram uma cisão, como fator que contribuiu o desmantelamento das atividades do grupo).

No início do assentamento havia a presença da COAPAR, cuja finalidade era recolher o leite produzido pelos assentados e repassá-los à agroindústria, mas na época, o tanque de expansão dessa Cooperativa não comportava toda a produção (posteriormente o governo federal por meio do Pronaf Infra-Estrutura doou outro tanque que está sendo usado pelos cooperados da COAPAR). Este problema e as divergências de um grupo de assentados com a direção regional da COAPAR foram fatores determinantes para a criação da “Associação Ações Unidas do Assentamento Anhumas”.

A Associação está em pleno funcionamento desde 2003; possui 46 membros, sendo que 12 fazem parte da Diretoria. O grupo em questão adquiriu um tanque de resfriamento, no valor de R\$ 38.000,00, financiado pela Nestlé. O prazo de pagamento é de 36 meses a partir da data de recebimento do tanque que, segundo o Conselheiro Fiscal da Associação, Sr. João Hermógenes Pereira, ocorreu em março de 2005. Essa associação apresenta uma parceria com um

estabelecimento comercial de Araçatuba – SP, o “Galpão Nelore”, cujo propósito é disponibilizar aos associados, produtos como remédios de uso veterinário e outros insumos para o gado. O produto é colocado no mesmo local em que está instalado o tanque de expansão, sendo que a Associação repassa ao produtor pelo mesmo preço adquirido junto a empresa “Galpão Nelore”, segundo a diretoria da associação.

5.7 Experiências Diferenciadas

O Assentamento Anhumas está numa fase de estruturação das atividades produtivas e a maioria das famílias ainda não conseguiu estabelecer os seus sistemas produtivos que consideram adequados, mas já podem ser observadas algumas experiências diferenciadas, seja no sentido de diversificar a fonte de renda ou em termos de melhoria técnica das atividades que já vem realizando, como no caso da pecuária de leite. Além do componente econômico, a adoção dessas estratégias produtivas pode ter como motivação o desejo de concretizar antigos sonhos.

Em um dos lotes, o esposo da titular, aproveitou sua experiência com a fabricação de farinha de mandioca e instalou uma farinheira. Não seguiu nenhuma orientação técnica, apenas seu conhecimento anterior e mesmo em termos de comercialização ainda não tem clareza de qual será o destino da produção. Em um dos momentos de coleta de dados da pesquisa, um produtor do Assentamento veio comprar farinha e outro passa-lhe a informação de que não precisaria “abrir firma” para vender a produção, podendo utilizar a Nota do Produtor. Embora seja evidente a fragilidade do empreendimento, o produtor destacou ter utilizado somente recursos próprios. Percebeu-se também o prazer que o produtor tinha em falar do processo de produção e que mantém expectativa de que a atividade possa progredir e se tornar uma alternativa renda da propriedade.

Nesta mesma propriedade também há instalado um pequeno orquidário: uma construção simples de madeira coberta de tela tipo sombrite.

Alguns produtores têm aproveitado certo afluxo de pessoas (parentes e conhecidos dos assentados ou outras pessoas que se tornaram clientes) de Castilho e outras cidades próximas nos finais de semana para comercializar produtos como galinhas e frangos caipiras, ovos (até mesmo de pato) e com menor frequência frutas e hortaliças. Há casos de produtores que levam esses produtos para serem vendidos na cidade (no caso Castilho) diretamente ao consumidor ou para o comércio varejista. De modo geral trata-se de vendas eventuais, mas apesar disso os produtores afirmam que é uma renda complementar importante.

Um produtor melhor estruturado e com contatos mais amplos em termos de comercialização, atua como um intermediário local, comprando a produção dos assentados e revendendo-a no comércio varejista ou para terceiros (vendedores de rua) que revendem ao consumidor (especialmente olerícolas), conseguindo assim manter certa regularidade de entrega do produto aos clientes.

Este produtor tem entregado quiabo para a Ceagesp (em consignação), via um grupo existente em um assentamento vizinho, o Timboré, e conseguido em alguns momentos alta lucratividade. No momento da pesquisa outros produtores também tinham plantado quiabo e visavam utilizar este mesmo canal de comercialização.

Foram encontradas também atividades geradoras de renda não ligadas à produção agropecuária no lote, como a utilização de caminhões para fretes; uso do trator e implementos agrícolas na preparação de terras de outros assentados; trabalho de recepção do leite e manutenção do tanque de resfriamento; serviços de cabeleireira; dentre outros.

5.8. Limitações

Alguns trabalhos relacionados à análise dos assentamentos, mencionam os diversos tipos de dificuldades enfrentadas pelos produtores rurais assentados, sendo que:

[...] estão relacionadas tanto à debilidade da infra-estrutura dos assentamentos, como às dificuldades de acesso ao crédito, insuficiente e inadequada assistência técnica, baixo nível de organização dos produtores, vulnerabilidade no momento de adquirir insumos e, sobretudo, no momento de realizar a venda da produção. (HESPANHOL, COSTA E SANTO, 2003, p.113)

No Assentamento Anhumas não há propriamente falta de crédito, todas famílias receberam as modalidades de crédito previstas durante a implantação dos projetos de assentamento, como o Crédito de Fomento (R\$1.500,00) e Habitação (R\$3.000,00). O Pronaf A – Investimento, de R\$15.000,00, somente um assentado não recebeu e posteriormente o Pronaf A/C para custeio também foi utilizado por 58 famílias. Outros cinco produtores receberam o Pronaf C no valor de R\$6.000,00. Mas os produtores mencionaram dificuldades relativas à falta de um financiamento mais amplo, à demora para a liberação do crédito e consideram os juros altos. Estas modalidades de crédito são as que apresentam menores juros reais, mas os produtores tiveram problemas com queda de preços de alguns produtos (como o algodão) e constante aumento dos preços dos insumos. Em vários casos ocorre inadimplência e partir daí não conseguem mais crédito oficial, o que acaba estrangulando o processo de desenvolvimento das famílias.

A questão da água é um problema recorrente em vários lotes, limitando as opções em termos de investimento e de diversificação da produção, possivelmente será minimizado com a perfuração do poço profundo pelo INCRA.

A falta de um acompanhamento técnico também é mencionada por alguns produtores.

O agrônomo do Itesp reconhece que não é possível dar assistência técnica individualizada a todos os assentados, então buscam formas coletivas para repassar as principais recomendações aos produtores. Mas esta forma de atuação, na maioria dos casos, não é reconhecida como assistência técnica direta pelos produtores.

5.9 Planos para o futuro

Mesmo diante de um elenco de dificuldades bastante amplo, observa-se que a maioria dos produtores está motivada e estabelece planos de ampliação/diversificação da produção e outros investimentos, especialmente em relação à pecuária leiteira (a melhoria genética do rebanho; da qualidade da pastagem; formação de capineiras; piqueteamento, acompanhado de adubação e irrigação da pastagem); mas aparecem outros projetos também como a produção agroecológica (horta e leite); construção de poços artesianos que garantam o abastecimento da propriedade e a irrigação de parte do lote; produção em estufas; e também a busca de melhoria na sua formação pessoal em termos técnicos.

Este universo de idéias e projetos é o que capacita essas famílias a enfrentarem uma diversificada série de limitações, reforçando também a sua capacidade para resistir e para gerar respostas a problemas concretos.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A caracterização geral das famílias pesquisadas no Assentamento Anhumas, em Castilho, indicou que há limitações ligadas ao baixo grau de escolaridade dos produtores e à capacidade de investimento. As experiências que estão se estruturando e as alternativas utilizadas tiveram como base de sustentação os recursos públicos, como os créditos de fomento, habitação e Pronaf.

A atividade predominante é a pecuária de leite que, embora apresente baixa tecnificação, obteve uma média de produtividade um pouco acima da média regional. A maioria dos produtores tem queda acentuada da produção no período seco, mas alguns começam a se estruturar para obter maior equilíbrio entre os períodos.

A pecuária leiteira apresentou uma melhora na produtividade no decorrer de um ano de pesquisa. O padrão de tecnificação da atividade ainda é baixo, mesmo considerando aspectos básicos como a suplementação alimentar na seca, mas há uma tendência de que essa melhora se consolide com o passar do tempo, embora possa aumentar as diferenças entre as famílias assentadas.

As culturas anuais apresentam-se como problemáticas, especialmente quando são semeadas em uma escala maior, visando a comercialização, e os produtores precisam recorrer ao crédito externo (bancário ou via empresas particulares). Estas culturas têm gerado dificuldades de saldar estes compromissos, seja devido a frustrações de safra (milho) ou queda de preços (algodão).

O reflexo destes fatos foi a diminuição do número de assentados que decidiram cultivar novamente essas culturas em 2006 e, provavelmente, dívidas que poderão atrapalhar a tomada de novos créditos.

Os produtores têm buscado também alternativas de produção e/ou de comercialização. Embora ainda sejam atividades incipientes, dado o tempo relativamente curto de implantação do assentamento, podem tornar-se importantes fontes de renda para as famílias. O plantio de olerícolas diversas, a comercialização direta ao varejo ou ao consumidor de olerícolas e pequenos animais e a instalação de uma fábrica de farinha, são exemplos dessas atividades. Também um dos grupos (Associação Ações Unidas do Assentamento Anhumas) tem se mostrado mais dinâmico, tendo conseguido comprar um tanque de expansão e está articulando outras ações para melhorar produção dos associados, como a negociação junto à Prefeitura de Castilho para o plantio de uma área de capineira em cada um dos lotes.

Constatou-se também que a produção para o autoconsumo, embora não gere renda monetária, é um importante mecanismo de reprodução social destes produtores. Pode-se observar este fato, por exemplo, no caso do leite, em que a quantidade média consumida está acima dos níveis médios dos trabalhadores urbanos.

Uma análise geral da situação dos produtores entrevistados do Assentamento Anhumas indica que ocorreu uma melhora considerável da qualidade de vida das famílias e a maioria tem conseguido evoluir em termos de produção e infra-estrutura do lote, mas é preocupante o nível de endividamento de alguns produtores, especialmente aqueles que semearam culturas anuais.

7. REFERÊNCIAS

ALY JUNIOR, O. Políticas públicas e desenvolvimento de assentamentos um balanço dos anos 2003-2005 no Estado de São Paulo. In: JORNADA DE ESTUDOS EM ASSENTAMENTOS RURAIS, 2, 2005, Campinas (SP). *Anais...* Campinas (SP): FEAGRI/UNICAMP: 2005. Cd-rom.

BERGAMASCO, S. M. P. P., NORDER, L. A. C. *O que são assentamentos rurais*. São Paulo: Brasiliense, 1996. 87 p. (Coleção Primeiros Passos, 301).

BERGAMASCO, S. M. P. P., NORDER, L. A. C. *A alternativa dos assentamentos rurais: organização social, trabalho e política*. São Paulo: Terceira Margem, 2003. 191p.

BERGAMASCO, S. M. P. P., FERRANTE, V. L. S. B. No reino da modernização: o que os números do Censo da reforma agrária (não) revelam. In: *Os assentamentos de reforma agrária no Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998, p. 170-204.

FAO/PNUD/MARA *Principais Indicadores Sócio-Econômicos dos Assentamentos de Reforma Agrária*. Brasília: Ministério da Agricultura e Reforma Agrária, v. 1, 1992.

FERRANTE, V.L.S.B. e BERGAMASCO, S.M.P.P. - A realidade multidimensional dos assentamentos rurais. Comunicação de pesquisa realizada durante o XVI Encontro Nacional dos Grupos Temáticos do PIPSA, 1992.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (FIBGE). *Censo Agropecuário de 1995/96*. Rio de Janeiro (RJ): FIBGE. Disponível em <http://www.sidra.ibge.gov.br>, acesso em: 03 de junho de 2003.

GRAZIANO DA SILVA, J. O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro e a reforma agrária. In: STÉDILE, J. P. (org.) *A questão agrária hoje*. 2ª ed. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1994, p. 137-51.

GRAZIANO DA SILVA, J. Novos rumos do desenvolvimento rural. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 37, 1999, Foz do Iguaçu. *Anais...Foz do Iguaçu* (PR): Sober, 1999. Cd-rom.

GRAZIANO NETO, F. Realocando a questão agrária. In: STÉDILE, J. P. (org.) *A questão agrária hoje*. 2ª ed. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1994, p. 238-54.

HEREDIA et al. Análise dos impactos regionais da reforma agrária no Brasil. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, n. 18, p. 73-111, 2002.

INCRA Caderno PRNA. Disponível em www.incra.gov.br Acesso em 24/02/2005.

ITESP *Retrato da terra: perfil sócio-econômico dos assentamentos do estado de São Paulo - 96/97*. São Paulo: Itesp, 1998, 56 p. (Série Cadernos do Itesp nº 1).

_____ Disponível em www.itesp.sp.gov.br. Acesso em 10/02/2006.

LEITE, S.P. Por uma economia política da reforma agrária: custo de implantação e infraestrutura nos assentamentos rurais paulistas (1984-89). In: *Assentamentos Rurais, uma visão multidisciplinar*. Editora UNESP, São Paulo, p.287:312, 1994.

MARTINS, J. S. (Coord.) *Travessias: a vivência da reforma agrária nos assentamentos*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003. 296p.

MEDEIROS, L. S., ESTERCI, N. Introdução. In: MEDEIROS et al. *Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar*. São Paulo: Editora da UNESP, 1994, p.11-26.

MÜLLER, G. São Paulo – o núcleo do padrão agrário moderno. In: STÉDILE, J. P. (org.) *A questão agrária hoje*. 2ª ed. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1994, p. 221-37.

NOVO, A. L. M.; CAMARGO, A.C. Alternativas inovadoras para otimizar a transferência de tecnologia para a agricultura familiar. In: SIMPÓSIO SOBRE BOVINOCULTURA LEITEIRA, 5, 2005, Piracicaba. *Anais...* Piracicaba (SP), 2005, p. 57-67.

RIBEIRO, E.M.; GALIZONI, F.M. Trabalho, recursos naturais e estratégias de reprodução de agricultores na Zona da Mata Mineira. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 42, 2004, Cuiabá. *Anais...Cuiabá (MT): SOBER/UFRJ/UFMT/ Embrapa Florestas e Gado de Leite*, 2004. Cd-rom.

SACCO DOS ANJOS, F. et al. Agricultura familiar e políticas públicas: o impacto do pronaf no Rio Grande do Sul. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v.42, n.03, p.529-48, 2004.

SANT´ANA, A. L. *Desigualdades entre iguais: a diferenciação das unidades familiares do Assentamento São Francisco, em Ribeirão do Pinhal (PR)*. Araraquara, 1996, 203p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista.

SILVA, J.N. Os assentamentos rurais no Brasil e a construção de novas ruralidades. In: JORNADA DE ESTUDOS EM ASSENTAMENTOS RURAIS, 2, 2005, Campinas (SP). *Anais...* Campinas (SP):FEAGRI/UNICAMP: 2005. Cd-rom.

SOUZA Fº., H. M. et al. Agricultura familiar e tecnologia no Brasil: características, desafios e obstáculos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 42, 2004, Cuiabá (MT). *Anais...Cuiabá (MT): SOBER/UFRJ/UFMT/ Embrapa Florestas e Gado de Leite*, 2004. Cd-rom.

WANDERLEI, M.N.B. Agricultura familiar campesinato: rupturas e continuidade. *Revista Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro, n.21, p.42-61, 2003.